



Uma perspectiva metodológica: diálogos entre o
Construtivismo e a História dos Conceitos

*A methodological perspective: dialogues between
Constructivism and the History of Concepts*

*Una perspectiva metodológica: diálogos entre el
Constructivismo y la Historia de los Conceptos*

Filipe Queiroz¹

Resumo: Esse artigo visa a investigar uma possível proposta metodológica de pesquisa tanto para historiadores quanto para internacionalistas: o diálogo entre a História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte* e o Construtivismo, uma teoria das Relações Internacionais e suas aplicabilidades. Partindo do pressuposto construtivista de que a realidade humana e, por conseguinte, a realidade das relações internacionais é uma construção social, e que, portanto, as relações interacionais não possuem leis naturais, mas são aquilo que os homens fazem dela, um novo esforço metodológico pode ser empreendido por pesquisadores de ambos os campos: estudar a história da política externa, valendo-se do que propôs Reinhart Koselleck para a História dos Conceitos. Analisaremos trabalhos que já buscaram aplicar a *Begriffsgeschichte* a investigações sobre a História da diplomacia brasileira, demonstrando que a História dos Conceitos e o Construtivismo podem lançar luz a novas possibilidades de estudo.

Palavras-chave: História dos Conceitos, Construtivismo, metodologia, História da Diplomacia.

Abstract: This article aims to investigate a possible methodological research proposal for both historians and internationalists: the dialogue between the History of Concepts or *Begriffsgeschichte* and Constructivism, a theory of International Relations and its applicability. Starting from the constructivist assumption that human reality and, consequently, the reality of international relations is a social construction, and that, therefore, interactional relations do not have natural laws, but are what men make of them, a new methodological effort can be undertaken by researchers from both fields: studying the history of foreign policy, taking advantage of what Reinhart Koselleck proposed for the History of Concepts. We will analyze works that have already sought to apply the *Begriffsgeschichte* to

¹ Doutorando em História Política. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Licenciado e bacharel em História pela mesma universidade. Licenciado em Geografia e graduando em Filosofia, Letras e Relações Internacionais. e-mail: filipeqc@hotmail.com

investigations on the History of Brazilian diplomacy, demonstrating that the History of Concepts and Constructivism can shed light on new possibilities for study.

Keywords: Constructivism, History of Concepts, methodology History of Diplomacy.

Resumen: este artículo tiene como objetivo investigar una posible propuesta metodológica de investigación tanto para historiadores como para internacionalistas: el diálogo entre la Historia de los Conceptos o *Begriffsgeschichte* y el Constructivismo, una teoría de las Relaciones Internacionales y su aplicabilidad. Partiendo del supuesto constructivista de que la realidad humana y, en consecuencia, la realidad de las relaciones internacionales es una construcción social, y que, por tanto, las relaciones de interacción no tienen leyes naturales, sino que son lo que los hombres hacen de ellas, se puede emprender un nuevo esfuerzo metodológico por investigadores de ambos campos: estudiando la historia de la política exterior, aprovechando lo propuesto por Reinhart Koselleck para la Historia de los Conceptos. Analizaremos trabajos que ya han buscado aplicar la *Begriffsgeschichte* a investigaciones sobre la Historia de la diplomacia brasileña, demostrando que la Historia de los Conceptos y el Constructivismo pueden iluminar nuevas posibilidades de estudio.

Palabras clave: Constructivismo, Historia de los Conceptos, metodología Historia de la Diplomacia.

Introdução

Ao assumirmos algo produzido socialmente como algo natural, excluimos uma gama de possibilidades de transformação da realidade. Como explica Messari, os construtivistas negam a antecedência ontológica da realidade, ou seja, não existe nada que obrigue, de maneira inelutável, os países a se comportarem como prevê a teoria do Realismo, ou seja, acreditando que a busca pelo poder irá definir as relações entre nações², mas, também, nada os obriga a serem liberais. O que o construtivismo enuncia é como as relações internacionais são aquilo que se faz delas.

Por outro lado, buscando aprender com uma outra teoria, a da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck, podemos perceber preocupação similar: a de que a realidade humana é construída e a de que o estudo das variações de significado de cada palavra permite importantes investigações sobre a construção da realidade humana. Como explica José Carlos

² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.164.

Reis ao estudar as obras de Koselleck: “o passado é delimitado, selecionado e reconstruído em cada presente (...) Cada presente estabelece uma relação peculiar entre passado e futuro”³ e cada presente produz seus próprios significados para cada palavra. Koselleck explique que, devido à noção de que os conceitos servem para definir o que já existe, a eles doamos um poder de cientificar um mundo não necessário e não natural,⁴ logo, estudar a produção de conceitos políticos é compreender que a realidade nacional e internacional é uma construção histórica nada natural. Destarte, compreender o condão que conceitos têm de criar e transformar a realidade humana permite-nos alinhar duas diferentes teorias: a do Construtivismo das Relações Internacionais e a História do Conceitos, no campo da História e da Filosofia.

Vamos a um exemplo. O conceito de autonomia aplicado a projetos de política externa sempre foi um conceito caro aos Estados. Um projeto político que leve o país a ser mais autônomo é um projeto com prestígio e, por isso, com legitimidade. Mas qual sentido desta autonomia? Um estudo interessante, seria investigar o conceito de “Autonomia pela Integração”, cunhado pelo ministro das relações exteriores no governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Felipe Lampreia.⁵ Para contrapor-se aos governos anteriores, que teriam sido, teoricamente, diplomaticamente mais isolados, o ministro evocou o conceito de autonomia como característica de seus projetos, para conferir a eles um prestígio inquestionável à sua proposta. Esta autonomia viria, por meio da integração do Brasil a outros países, alicerçada em um comércio livre e pragmático com diferentes parceiros. O conceito não apenas mostra uma inovação política, mas contrapõe-se aos seus anteriores, ou seja, tem intencionalidade política, não é um conceito imparcial.

Por outro lado, temos a mesma palavra sendo empregada no paradigma de política externa cunhado por Gerson Moura, para estudar a política externa de Getúlio Vargas, a “Autonomia na dependência”, que buscou demonstrar que mesmo que o Brasil tenha sido refém de suas dependências comerciais e políticas para com os EUA, entre 1935 e 1942, o país contou com certos pontos de autonomia, equilibrando os interesses dos EUA com os da

³ REIS, José Carlos. História e Teoria. *Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.p.174.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. p.136.

⁵ LAMPREIA, L. F. *O Brasil e os ventos do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

Alemanha.⁶ São diferentes tempos históricos que permitiram diferentes significados e projetos políticos para a mesma palavra.

Kosselleck propõe que se estude as variações do sentido de cada palavra ao longo de um mesmo tempo histórico ou em comparação com diferentes tempos históricos, para que se apreenda o sentido que cada presente conferiu ao seu passado e futuro, bem como para que se compreenda os diferentes projetos políticos imbuídos em cada conceito.⁷ Se aplicarmos as propostas de Kosselleck aos conceitos e paradigmas da política externa brasileira, a exemplo de uma possível investigação sobre os diferentes projetos e intencionalidades políticas do conceito de autonomia, temos, em mãos, uma interessante perspectiva metodológica para estudo da História da política externa.

Tanto a História dos Conceitos quanto o Construtivismo valorizam o estudo da linguagem para que se apreenda diferentes intencionalidades políticas de cada tempo histórico e indivíduo que manipula determinada palavra.⁸ Friedrich Kratochwil, por exemplo, em *Rules Norms and Decisions* argumenta que os conceitos e os atos de fala constituem o próprio fazer político, ou seja, a linguagem não reflete a ação, mas é ela mesma o fundamento da ação,⁹ como explica João Pontes Nogueira, a linguagem é a própria ação.¹⁰

A virada linguística, explicada melhor adiante, trouxe-nos uma nova perspectiva a respeito da realidade nas ciências humanas, permitindo-nos unir, em análise, o Construtivismo, teoria de Nicolas Onuf e a *Begriffsgeschichte* de Reinhart Kosselleck. A simbiose dessas duas perspectivas, e sua utilidade para entendermos melhor a produção da política internacional subsidiará esse trabalho. Tal aproximação teórico-metodológica vem sendo ensaiada em alguns trabalhos acadêmicos como demonstraremos. A aplicabilidade da História dos Conceitos à luz do Construtivismo nestes trabalhos inspiram-nos a refletir sobre as possibilidades que essa abordagem pode ter para pesquisas vindouras.

⁶ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Editora Nova Fronteira, 1980.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. p.137.

⁸ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.171.

⁹ KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

¹⁰ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.171.

O pós-positivismo e a virada linguística na historiografia e na teoria das relações internacionais

A definição de um intelectual como positivista, tanto na teoria da História quanto na teoria das Relações Internacionais, apresenta divergências e similaridades pouco exploradas. É importante salientarmos, inicialmente, que o próprio conceito de positivistas e pós-positivistas são projetos intelectuais que buscam legitimidade. Herder, por exemplo, classificado pelos *Annales* como positivista, produziu importante debate sobre o tempo histórico e contribuiu com as próprias formulações de Koselleck, dito como pós-positivista, na História dos Conceitos (apresentada mais formalmente a seguir). Estamos cientes de que a classificação de autores como positivistas e pós-positivistas é um projeto intelectual de afirmação de identidades, mas faremos uso desse debate com fins de demonstrar, inicialmente, diálogos entre História e as Relações Internacionais.

O positivista da historiografia acredita que ao se distanciar da realidade dos fatos, poderá enxergá-los de maneira científica, entendendo leis e forças que legitimam o comportamento dos homens, e que os “agentes” históricos representaram o verdadeiro espírito do povo, *folkgeist*, pois foram, sozinhos, capazes de mudar o curso do destino; esses positivistas acreditam que os fatos sobre o passado são exatos e objetivos de maneira fatalista e teleológica. Homens como Herder, Michellet, Hegel ou Rank foram criticados pela historiografia da revista dos *Annales* como positivistas. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloc, a tradição dos *Annales* demonstrou que o processo histórico não apresenta leis rígidas e que a realidade humana é uma construção do próprio homem, a partir de uma visão problematizadora das relações humanas.

Já os positivistas das Relações Internacionais são aqueles que, após a Primeira Guerra Mundial, começaram a tentar entender o comportamento da realidade internacional por meio de características que seriam imutáveis e intrínsecas a essa realidade. Em contraste com os positivistas, os realistas acreditam que a realidade internacional é centrada no Estado, anárquica, e que a busca pelo poder superpõe todas as ambições por cooperações e direitos comuns.¹¹

¹¹ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.23.

Por sua vez, os liberais, compreendem que a realidade das relações interacionais tornar-se-ia, cada vez mais, cooperativa, democrática, interdependente por meio do comércio, por isso a busca pura pelo poder seria, progressivamente, limitada pelo direito e pelos valores compartilhados.¹² Após a Teoria Crítica das Relações Internacionais, novo movimento de debates acadêmicos, surge, porém, a teoria construtivista, questionando a abordagem positivista, ao apontar que a realidade internacional é uma construção social, e que as leis mais aparentemente sólidas, como a da anarquia interacional, a balança de poder ou a securitização, são conceitos subjetivos e compreensões coletivas inventadas e determinadas exatamente por aquilo que decidimos fazer delas.¹³

Conquanto haja diferenças conceituais, os positivistas da historiografia e aqueles das Relações Internacionais têm algo em comum: a crença de que a realidade humana tem leis profundas e tendências naturais, porquanto os pós-positivistas de ambas as áreas demonstram, também, uma posição semelhante: a realidade humana é uma construção que depende dos processos históricos e da formação coletiva de conceitos que influenciam as visões de mundo. A realidade é, parafraseando Alexander Wendt, o que fazemos dela.¹⁴

A função da linguagem na produção da política e da realidade também é um ponto comum àqueles que passaram a criticar os positivistas tanto na historiografia quanto na teoria de Relações Internacionais. Principalmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, as ciências humanas passaram a, progressivamente, preocuparem-se com a chamada tridimensionalidade da linguagem: o fato de que a língua não apenas transmite e demonstra, como, também, cria a própria realidade uma vez que certos fatos nunca poderiam ter existido sem ela.

Essa nova preocupação com a linguagem ficou conhecida como *Linguistic Turn* ou Virada Linguística. Um dos primeiros filósofos a apontarem a função criadora da linguagem foi Ferdinand Saussure,¹⁵ apontando que existe um objeto real apenas enquanto nós estivermos manipulando sistemas simbólicos. Por exemplo, nós não estaríamos sequer aptos a reconhecer uma cadeira como uma cadeira sem simultaneamente reconhecer que uma cadeira não é todo o resto.

¹² NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.58.

¹³ Idem, p.162.

¹⁴ WENDT, Alexander. "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics." *International organization* 46.2 (1992): 391-425.

¹⁵ DE SAUSSURE, Ferdinand et al. Nature of the linguistic sign. *Course in general linguistics*, v. 1, p. 65-70, 1916.

Vários filósofos, após a década de 40, passaram a centrar suas discussões nas propostas da Virada Linguística, pela qual se passou a admitir que os limites da linguagem são os próprios limites da realidade. Martin Heidegger,¹⁶ é exemplo de um filósofo que estudou a construção da realidade humana e suas relações com a linguagem. Para ele, como explica-nos Benedito Nunes,¹⁷ o homem é um ser temporal, pois todas as redes de referências do passado são lançadas a ele por meio da linguagem, imbuindo toda uma herança histórica aos novos indivíduos, prendendo a consciência humana no tempo já logo ao nascer, por isso ele chama o homem de um ser no tempo, *zeitgeist*, ou um ser agora, *Da sein*, pois o passado e o futuro dependem daquilo que se constrói no presente.

A partir da Virada Linguística, as Ciências Humanas foram afetadas pela perspectiva de que o real não depende exclusivamente das heranças culturais como se essas fossem leis. O construtivismo, conhecido como terceira corrente na Teoria das Relações Internacionais, também passou a entender que a realidade humana é uma construção, logo as relações internacionais não são naturais, nem dotadas de leis insuperáveis. O Construtivismo não admite a antecendência ontológica como um problema, ou seja, quem determina o outro, se o agente histórico ou se a estrutura histórica, como demonstrou Alexander Wendt em *Social Theory of International Politics*.¹⁸ Essa vertente entende que agentes e estruturas são mutuamente constituídos, por isso não é a busca pelo poder que determina o comportamento dos Estados, nem os Estados que decidem, exclusivamente, a busca pelo poder como objetivo primordial, pois, na verdade, Estados e as normas se constroem reciprocamente.¹⁹

Na teoria da História, os conceitos não só demonstram o que defende o Construtivismo. Estudiosos da História dos Conceitos apresentam um método de pesquisa da realidade, em alemão, a *Begriffsgeschichte*. Ela vale-se de três fontes principais: periódicos, dicionários da época estudada e escritos produzidos pelos agentes em questão. Ao analisar os conceitos sincronicamente produzidos pelos agentes, poder-se-á notar diferentes intenções políticas da época em questão, buscando-se desviar do anacronismo ao compará-los, diacronicamente, com outros significantes para o mesmo termo estudado.

¹⁶ HEIDEGGER, Martin; VON HERRMANN, Friedrich-Wilhelm. *Sein und zeit*. Tübingen: M. Niemeyer, 1977.

¹⁷ NUNES, Benedito. *Heidegger & ser e tempo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.p.63

¹⁸ WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press, 1999.

¹⁹ NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.p.182.

O estudo de um mesmo conceito, por meio de diferentes fontes, indo além dos dicionários de cada tempo histórico, explica Koselleck, vai muito além de um exercício de filologia.²⁰ Esta abordagem teórico-metodológica investiga as diferentes compreensões para uma mesma palavra. Ao fazer isso, ajuda a denotar projetos políticos diferentes mesmo para aquilo que se acreditava ser natural e homogêneo. Vamos a dois exemplos: estudaremos dois casos em que podemos notar que uma palavra atual, ao longo do tempo, teve significados bastante diferentes e, para cada um desses significados, seus respectivos atores tinham diferentes intencionalidades políticas. Um exemplo será no âmbito da investigação histórica e outro no campo das Relações Internacionais, com a intenção de demonstrar a importância da proposta da *Begriffsgeschichte* para ambas as áreas.

Na história brasileira, é possível verificarmos, nos *Debates Parlamentares de 1881*,²¹ no processo que em se discutia a possível separação entre a Igreja e o Estado, o deputado Seabra discutindo a questão da secularização. Seabra declarou o assunto como simplesmente desnecessário, pois os próprios três poderes teriam sido construídos por Montesquieu, por meio da união divina entre política e religião, dando origem ao Pai, o poder Executivo, ao Filho, o Legislativo e ao Espírito Santo, o poder Judiciário, mas, ao mesmo tempo, o mesmo deputado declarava-se laico.²² O que era ser laico para Seabra se, para ele, os três poderes de Montesquieu nada mais eram que uma expressão da própria natureza da divindade?

Vemos, aqui, diferentes conceitos para as palavras: secularização, laico e diferentes noções de poder. Totalmente distantes do que se poderia imaginar se não fossemos diretamente às fontes e caso não entendêssemos que o horizonte de expectativas do dito deputado não estava, de fato, secularizado. Seabra desenvolveu, para a palavra laico, um conceito diferente daquele que temos hoje e que esperamos que as pessoas utilizem, pois laico era, para ele, a separação entre Estado e Igreja, enquanto instituições,²³ mas não necessariamente a secularização da política, no sentido de que a política é uma esfera de atuação humana diferente da religiosa.

Ao interpretar a fala do deputado como laica, poderíamos imaginar um Seabra de acordo com o conceito atual de laicidade, buscando a separação entre religião e política, mas ao

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146.p.138.

²¹ BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte do Império do Brasil 1890/91*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1874.p.273.

²² Idem, p.274.

²³ Idem, p.275.

investigarmos a concepção de política e religião daquele homem, percebemos que seu projeto de laicidade nada tinha a ver com o que diz o conceito atual. Sem a compreensão do que Seabra realmente queria dizer com “ser laico” estaríamos obrigados a reproduzir uma historiografia anacrônica sobre o assunto, mas o estudo dos conceitos pelo método sugerido por Koselleck permite-nos acessar a compreensão de Seabra e, até mesmo, iniciar uma investigação sobre cultura política brasileira pouco afeita ao anticlericalismo naqueles debates parlamentares de fim do século XIX. A investigação sobre o conceito de “laicidade” ou “laico” poderia continuar no século XIX ou adentrar o século XX, contemplando dicionários, cartas, livros e até romances de cada época, construindo uma pesquisa robusta a respeito do conceito. As potencialidades desse exercício são múltiplas e demonstram diferentes intencionalidades e interpretações de mundo para cada significado que a essas palavras se atribuiu.

Para um outro exemplo, já no âmbito das Relações Internacionais, abordaremos o conceito de segurança. O conceito de segurança é definível apenas no contexto em que é formulado, pois o passado não tem o mesmo contexto sociolinguístico do presente. Arthur Bernardes Amaral, em sua dissertação de Mestrado: *A Guerra ao Terror e a Trílice Fronteira na Agenda de Segurança dos Estados Unidos*,²⁴ realizou um esforço interessante em que se aplica a perspectiva da história dos conceitos à realidade das Relações Internacionais, ao estudar os vários sentidos que este conceito apresentou ao longo do tempo. Amaral demonstra que, inicialmente, no latim, “segurança” vinha de *se cura*, ou seja, estar-se sem preocupações. Assim, estar seguro de algo, não era a mesma coisa que estar seguro contra algo.

A conotação inicial do conceito de segurança dizia respeito à liberdade contra preocupações. Estar seguro era o mesmo que ter certeza de algo, o contrário do conceito de “estar seguro contra”, uma reação contra ameaças; era, pois, um conceito positivo, e não defensivo e negativo, explica-nos Amaral.²⁵ Após a cristandade, na Idade Média, apareceu um novo conceito: estar *se curo* parecia pretensão demais, e passou a ser até mesmo injurioso dizer-se seguro de algo, ninguém poderia estar seguro, pois ninguém poderia ter certeza de nada, visto que a certeza cabia, apenas, a Deus. Declarar-se seguro poderia ser um ato de

²⁴ AMARAL, Arthur Bernardes do Amaral. *A Guerra ao Terror e a Trílice Fronteira na Agenda de Segurança dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio.p.10.

²⁵ Idem, p.46.

afronta a Deus. Já durante a Idade Moderna, a segurança referia-se ao nível individual, principalmente após a Revolução Francesa, referindo-se a estar seguro como forma de estar livre.²⁶ A partir daí, ele passa a perceber que o conceito de segurança teve, no início do século XIX, aplicações nas relações internacionais.

Segundo o autor,²⁷ saindo do nível individual e entrando na seara dos Estados, no mundo pós-guerras napoleônicas, já em 1815, surge o conceito de “segurança coletiva” graças à invenção dos Estados antropomorfizados dos fins do século XVIII e no século XIX. A segurança, tornou-se a segurança nacional pela qual a segurança individual deveria ser inclusive sacrificada. pela primeira vez, o conceito de segurança determinou os objetivos de comunidades inteiras, por meio da ideia de segurança nacional, que foi, apenas, modificada no entre guerras, 1918-1939, nota Bernardes.²⁸

No início do século XX, a segurança passou a ser interestatal, em busca da manutenção do *status quo* como única forma real de manutenção do outro tipo de segurança, a nacional. A segurança nacional não deveria ser a mais importante, ao menos nos discursos europeus, no período do entre guerras.²⁹

No entre guerras, a segurança individual contradizia a própria noção de balança de poder, pois a segurança coletiva deveria incluir, no conjunto de países existentes, tanto aliados quanto rivais. A preocupação de que a busca de um Estado por mais segurança é exatamente o que pode gerar a belicosidade entre as nações levou ao uso do conceito de Comunidade de Poder, pelo presidente Woodrow Wilson, em detrimento do conceito de segurança nacional, explica o autor.³⁰

Essa mudança não irá durar, pois a primazia da segurança nacional volta aos escritos dos analistas, principalmente, por meio de Eduard Carr e Hans Morgenthau, fundadores do realismo, teoria defensora do poder como objetivo último de todo Estado-nação. Após a Segunda Guerra, a Carta do Atlântico (1941) desenvolveu, ainda, o conceito de segurança duradoura, que prevê que a paz internacional depende diretamente da flexibilização da segurança nacional em benefício da coletiva. As interpretações realistas, contudo, publicitavam a busca pelo poder como uma lei intransponível e intrínseca do universo

²⁶ Idem, p.49.

²⁷ Idem, p.53.

²⁸ Idem, p.58.

²⁹ AMARAL, Arthur Bernardes do Amaral. *A Guerra ao Terror e a Tríplex Fronteira na Agenda de Segurança dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio.p.55.

³⁰ Idem, p.58.

internacional, limitando drasticamente as possibilidades do conceito de segurança duradoura no nível analítico.³¹

A ONU não conseguiu fazer prevalecer a segurança coletiva, pois a Guerra Fria determinou a nova dinâmica da segurança: a segurança nacional suplantou o conceito de defesa. A defesa, antes militar e territorial, foi substituída pela segurança nacional, fundindo os diferentes interesses nacionais a uma lógica única e aglutinadora de securitização de todos os aspectos da vida nacional em busca da proteção máxima contra um rival único e poderoso, símbolo de incessante ameaça.³²

A segurança nacional, suplantando o conceito de defesa, nos Estados Unidos, seria uma solução para a saída da histórica posição isolacionista, superando a tradição da política externa estadunidense, por meio da securitização máxima como forma única de uma possível paz. O próprio interesse nacional estadunidense migrou do bem-estar social, para a segurança nacional. Esse é o processo apontado pela Escola de Copenhague como securitização: um ato de fala torna-se na política de classificar diferentes áreas da vida coletiva humana como existencialmente ameaçadas e merecedores de medidas de proteção urgente. O conceito de securitização é a ampliação máxima do conceito de segurança, que contaminou vários outros conceitos do léxico político: securitização da imigração, do acesso aos alimentos, securitização do problema das drogas, entre outras dimensões, explica Bernardes.³³

Ao analisarmos esses dois exemplos: os conceitos de laico, nos debates brasileiros no fim do século XIX e o conceito de segurança, notamos, apesar de exemplos de áreas e épocas distintas, um método em comum: a compreensão de que a produção de conceitos e discursos já é, em si mesma, a produção da política. Ao investigar a história dos conceitos como fez Bernardes Amaral, é possível observar os conflitos entre os diferentes projetos políticos e as intencionalidades de cada significado. A utilização da abordagem da *Begriffsgeschichte* propõe, inclusive, passos que vão além da proposta do autor aqui estudado. Amaral analisou a evolução dos conceitos por meio dos dicionários e documentos oficiais. Uma outra possibilidade seria avançar nos estudos do que cada ator que manipulava o conceito de “segurança” entendia, investigando cartas, jornais e outras fontes, como apresentamos ser a proposta de Koselleck.

³¹ Idem, p.57.

³² Idem, p.60.

³³ Idem, p.61.

Defendo, pois que investigar o que os atores históricos pensavam e sentiam a respeito de determinado conceito pode enriquecer a pesquisa de ambas as áreas, da História e das Relações Internacionais. Nos discursos do deputado Seabra, por exemplo, encontramos muito mais que os dicionários da época são capazes de demonstrar sobre o que era laico e o que era secularização para os homens dos Debates Parlamentares de 1881 no Brasil. Na investigação completa sobre a secularização nos debates brasileiros do século XIX, em *Um Estado sem alma? Laicidade e secularização dos debates acadêmicos aos debates parlamentares*,³⁴ percebe-se que vários projetos parlamentares, como aquele feito por Seabra, atribuíram ao conceito de laico e de secularização a ideia de separação entre Estado e Igreja Católica, mas não defenderam a cisão entre valores religiosos e políticos. Caso prendêssemos-nos nas transformações dos conceitos, sem buscar as intenções dos atos de fala, a complexidade daquela realidade e os conflitos sócio-políticos permaneceriam encobertos.

Reinhart Koselleck empenhou-se na busca pelos conceitos dos dicionários, mas apresentou um método mais amplo. O filósofo alemão e a escola metodológica da *Begriffsgeschichte* propuseram que ao analisar o discurso como o próprio fazer política, deveríamos analisar as intenções dos manipuladores dos conceitos, os projetos que esses agentes apresentaram e como foi possível um conceito até então entendido como X, tornar-se Y, por meio de uma nova manipulação semântica. Por isso, é possível dizer que a proposta de Koselleck à luz do Construtivismo, pode apresentar-se como uma perspectiva teórico-metodológica interessante para os estudiosos das Relações Internacionais, sobretudo sobre a história da política externa.

Analisaremos, a seguir, as propostas de cada uma das partes: *Begriffsgeschichte* e Construtivismo, para que ambas fiquem didaticamente expostas ao leitor. Este exercício será uma preparação para a análise final deste trabalho, ou seja, estudar pesquisas que de fato se debruçaram na aplicação mais ampla da proposta da *Begriffsgeschichte* no campo da história da política externa.

O construtivismo

O primeiro intelectual a declarar-se como um construtivista foi Nicolas Onuf, quando em 1989, por meio de seu livro *World of Our Making*, o autor incentivou um novo debate que

³⁴ CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Um Estado sem alma? Laicidade e secularização dos debates acadêmicos aos debates parlamentares*. Monografia em História, Juiz de Fora: UFJF, 2013.p.113.

no campo da teoria das Relações Internacionais. Onuf tratou a disciplina das Relações Internacionais como uma das ciências que obedecem às lógicas dos fenômenos sociais, declarando que as relações sociais não possuem uma lei geral que as guie de maneira atemporal, por isso, as relações internacionais também não. Essa premissa aproximou Onuf de debates já realizados pela Escola Inglesa. Tim Dunn e Barry Buzan, por exemplo, afirmaram que seria Hedley Bull o precursor do construtivismo.

Hedley Bull já rejeitava as leis universais de explicação para as relações internacionais e colocava as normas sociais no centro da análise, enfatizando os aspectos históricos das decisões humanas. Não obstante, para a Escola Inglesa, o poder ainda está no centro da análise como o interesse que guia todas as ações. Onuf, por outro lado, afirma que o próprio conceito de poder já é uma invenção e não uma realidade necessária.³⁵

Desta maneira, Nicolas Onuf faz parte de um grupo de intelectuais diretamente influenciados pela ideia de que o mundo humano é inteiramente construído, e, por isso, a problemática do antecedente ontológico: quem veio primeiro, se os agentes ou se as estruturas, é simplesmente resolvido pelo raciocínio de que esses dois lados nascem juntos e são inseparáveis no jogo humano de criar seu próprio mundo, e seu mundo criar o conceito de homem.³⁶

É interessante a semelhança do pensamento de Onuf com vários autores que se ligam ao movimento da virada linguística, como Michael Foucault. Foucault propõe, em *As palavras e as coisas*, que o próprio conceito de homem faz parte de *espisteme* criada após o século XVII, quando o indivíduo passa a ser um conceito tão aparentemente óbvio quanto o céu e o mar, mas que, na verdade, saber quem veio primeiro, o homem ou a realidade é um falso problema, pois a realidade e o homem são conceitos produzidos concomitantemente.³⁷ Da mesma forma, Onuf não admite nada como previamente determinante. Se Foucault mudou a forma das Ciências Sociais pensarem a realidade, o construtivismo, remodelou a realidade das Relações Internacionais, pois, para Onuf, Wendt e Kratochwil, autores do Construtivismo, o discurso é o próprio fazer política, os atos de fala produzem a realidade humana

³⁵ Vale registrar que, para os realistas, esta enunciação não seria válida para nenhum contexto real, visto que o poder, na realidade humana, sempre foi factível e experimentado.

³⁶ ONUF Nicholas; KOWERT, Paul. *International Relations in a Constructed World*. Armonk, New York, M. E. Sharpe, 1998.p.183.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.

Kratochwil produz sua principal obra, *Rules, Norms and Decisions* em parceria com Nicolas Onuf, em 1989, declarando que: “o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele”.³⁸ É inútil compreender leis universais para as Relações Internacionais, pois as normas são mutáveis, e as próprias normas criadas é que legitimam certos atos e, até mesmo, criam acontecimentos que sem elas não seriam possíveis. Assim, tanto para Onuf quanto para Kratochwil, dizer é fazer. Diante dessa compreensão, parece, a ambos, que é necessário analisar as regras que regem os discursos que tornaram algumas escolhas impossíveis e algumas decisões como se fosse as únicas possíveis.

Alexander Wendt, também dedicando-se a uma nova perspectiva para a teoria das Relações Internacionais, produz uma crítica direta a Kenneth Waltz e ao neorealismo, por determinar leis que serviam mais como profecias autorrealizáveis: ao enfatizar as lógicas de poder como inescapáveis, Waltz estaria ele mesmo, contribuindo para um regime de historicidade realmente baseado na anarquia e no interesse nacional, mas o mundo é uma perene possibilidade de mudanças e apenas é o que é devido aos conceitos, que quando aceitos socialmente, produzem a limitação do real. Wendt ataca um dos principais conceitos de fundamentação do neorealismo ao escrever o artigo, no qual se declarou construtivista e oposto às abordagens estruturais: *Anarchy is what States Make of It*. Indo além das propostas de Onuf e Kratochil, Wendt estudou, a partir de 1994, a formação coletiva das identidades como um processo que antecede o interesse nacional.

Apesar da postura construtivista de Wendt, em 1999, ele declara-se positivista e moderno, disposto a dialogar com Waltz, buscando uma ponte entre positivistas e pós-positivistas, declarando, ainda, sua teoria como estadocêntrica, por analisar a formação do interesse nacional, mas o aceitar como núcleo explicativo para as relações internacionais. Essa ponte que Wendt insistiu em criar constitui-se na afirmação de que o construtivismo não abre mão de seu caráter científico. O construtivismo de Wendt mantém-se distante da virada linguística. Conquanto defenda que o mundo é uma construção de ideias, a ênfase no discurso como forma de produção da realidade não é uma preocupação expressa por esse autor.

A Begriffsgeschichte

³⁸ KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.p.53.

Quem primeiramente trouxe a História dos Conceitos em discussão foi Quentin Skinner, com suas produções *Meaning and Understanding in History of Ideas* (1969) e *The Foundations of Modern Political Thought*, Skinner criticou o presentismo na antiga História do Pensamento Político que enxergava os pensamentos fora de contexto histórico como se fossem atemporais e desconectados do mundo em que foram produzidos. Para pesquisar a respeito dos conceitos como forma de enxergar as verdadeiras intenções com que foram criados os pensamentos, esse autor desenvolveu a teoria dos atos de fala: investigar quais as intenções do autor na formulação do conceito.

Dando continuidade ao processo histórico-linguístico de entender a realidade humana, Reinhart Koselleck, na escola-metodológica alemã conhecida como *Begriffsgeschichte*, adotou, assim como Skinner, a crítica à Escola de Cambridge na busca de combater a simples transposição para o passado de conceitos do presente, e o tratamento do pensamento como desconectado do contexto sociolinguístico. Koselleck argumentou que a busca pelos significados de um significante revela os conflitos políticos e sociais encobertos que podem ser revelados, por meio do horizonte conceitual e pelo estudo dos usos linguísticos. A proposição leva-nos a perguntar: qualquer palavra pode ser um conceito social e político? Para Koselleck, não. Os conceitos são aquelas palavras que provocam, no interlocutor, um entendimento reflexivo, isso significa que essa palavra, assim que anunciada, provocará associações a outras palavras do mesmo campo semântico.³⁹ Assim, são palavras que possuem uma história de variações semânticas, como se fossem microteorias de si mesmas. Desta maneira, as palavras podem ser polissêmicas, mas conceitos são polissêmicos por definição.⁴⁰

Deve-se ressaltar que a proposta de Koselleck vai muito além da filologia; ele quer conhecer a consciência humana e entender o conceito de tempo histórico. Logo, o tempo não é os dias, as horas, os minutos e os segundos, essas são medidas do tempo. O tempo ocorre quando algo acontece. Se não houvesse nenhum movimento, ou seja, se absolutamente nada no universo acontecesse, não haveria tempo.

Da mesma forma, o agir do homem engendra o próprio tempo histórico, que não necessariamente coincide com o tempo cronológico. Como disse Bismarck: podemos adiantar os relógios, mas nem por isso o tempo passará mais depressa. Para compreender o tempo histórico, Koselleck vale-se de Herder: “Cada coisa capaz de se modificar traz em si a medida

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. p.135.

⁴⁰ Idem, p.180.

de seu próprio tempo (...); não há duas coisas no mundo que tenham a mesma medida de tempo”.⁴¹ Herder afirmava que há, no universo, ao mesmo tempo um número incontável de tempos. Koselleck apresenta-nos que o tempo é medido pelas mudanças e o tempo histórico representa o conjunto de mudanças que acontecem com a sociedade humana, e não com a natureza. A história dos conceitos busca as variações de conceitos ao longo deste tempo histórico.

A *Begriffsgeschichte* enfatiza a importância criadora que o conceito em foco pode ter. Um exemplo que Reinhart Koselleck fornece é sobre o conceito de modernidade.⁴² A modernidade, na obra *Futuro Passado*, é marcada pela compreensão de negação do tempo anterior para afirmar um tempo melhor e mais evoluído. Nomear a Idade Média como Idade das Trevas, por exemplo, foi uma estratégia moderna de dividir o tempo histórico e criar uma realidade. A sensação de que se vive em um tempo histórico distinto é operacionalizada pelo compartilhamento da ideia moderna de que são novos tempos efetivamente. Assim, um marco conceitual tem o poder de fazer acreditar na mudança do tempo histórico, como explica o autor, já em sua obra *Estratos do Tempo: estudos sobre a história*.⁴³

Continuando o raciocínio de Koselleck, registramos um outro exemplo: é possível identificar 1930, no Brasil, devido à Revolução de 1930, como o ano do início da modernização do país, e para concretizar o sentimento de novidade e revolução, chamar-se todo o período da década de 1920 de República Velha. Essa dicotomia é conceitual e imprime a sensação de cisão temporal, podendo fazer ignorar que a própria Semana de Arte Moderna foi em 1922, e que o movimento modernista brasileiro se iniciou na década de 1920, e não em 1930.

Sendo assim, explica-nos Koselleck, o potencial da História dos Conceitos na investigação da historicidade está em demonstrar que quando assumimos a realidade humana como dada, não somente limitamos as possibilidades de transformação, mas, também, compramos cargas semânticas passadas que não expressam uma realidade de maneira imparcial.

A *Begriffsgeschichte* e sua aplicação na Teoria das Relações Internacionais

⁴¹ Idem, p.110.

⁴² Idem, p.140.

⁴³ KOSELLECK, Reinhart; HEDIGER, Markus. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Contraponto Editora, 2021.p.209.

Até aqui, demonstramos as relações entre a perspectiva do Construtivismo e a da História dos Conceitos. Para reforçar, citamos Knud Jorgensen,⁴⁴ que aponta o Construtivismo como uma filosofia, um estudo ontológico ou uma meta-teoria, pois não oferece um método, mas uma discussão sobre a natureza da realidade internacional. Enquanto o Construtivismo contribui com uma visão historicista da realidade, instigando-nos a descamar os conceitos e a própria política como construções humanas não necessárias, a História dos Conceitos fornece-nos um método autônomo de pesquisa a partir da mesma perspectiva.

A História dos Conceitos, porém, não deve ser aplicada em partes. Uma investigação que a utilize deve buscar a compreensão da historicidade nas decisões humanas e a revelação da visão de mundo dos agentes que produziram os conceitos. A proposta da *Begriffsgeschichte* é explorar a historicidade do conceito que se quer, mas, também, seus sinônimos, antônimos, como os atores da época os utilizavam e, até mesmo, a penetração deste conceito entre a coletividade, por meio do estudo de jornais, rádio ou cinema e televisão. No campo das Relações Internacionais, é possível identificar alguns trabalhos que já procuram aplicar a História dos Conceitos e a perspectiva construtivista em busca de variações conceituais ao longo do tempo. Vejamos alguns deles.

O trabalho de Sylvia Ferreira Marques, *A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002): Uma leitura construtivista do conceito de potência média*, busca aplicar a História dos Conceitos, para descobrir os usos e as origens do conceito de “potência”.⁴⁵ Marques pretende responder sua pergunta de pesquisa através da análise de discursos de diplomatas e chanceleres proferidos nas assembleias da ONU e da OMC, realizadas durante o governo Cardoso. A referida autora, porém, não investigou as origens e as intencionalidades políticas de cada ator, nem se valeu de dicionários ou mesmo da diacronia e sincronia do objeto em questão. O trabalho representa importante contribuição para a aplicação da História dos Conceitos no campo das relações internacionais, por investigar o conceito de “potência” entre os discursos dos próprios diplomatas, mas deixa abertas as possibilidades de investigação das outras dimensões que aqui citamos.

⁴⁴ FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik (Ed.). *Constructing International Relations: the next generation*. ME Sharpe, 2001. pp.36-53.

⁴⁵ MARQUES, Sylvia Ferreira. *A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995–2002): uma leitura construtivista do conceito de potência média*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–PUC-RIO, 2005.

Outro exemplo de um trabalho que alinha a História dos Conceitos com a perspectiva construtivista é o de Paula Elena Vedoveli, em a *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Nele, a autora reconhece a escassez de trabalhos que efetivamente utilizam-se da História dos Conceitos⁴⁶ e busca estudar como a “tradição de Rio Branco” fundou padrões de comportamento para o que se considera tradição da política externa brasileira ou não.

Em sua investigação, ela estuda o papel das tradições criadas no Itamaraty e de conceitos-chave que, teoricamente, imprimem certa homogeneidade à condução da política externa brasileira. Conceitos como “panamericanismo” ou “universalismo” são colocados como chaves da realização da diplomacia do Ministério das Relações Exteriores.⁴⁷ A autora demonstra que estes conceitos-chave concedem, às decisões do Ministério, a ideia de que são técnicas, desencarnadas de desejos individuais e de grupos políticos. Vedovelli explica que a força da tradição do Itamaraty, sobretudo, na figura do Barão do Rio Branco, acabou por apagar embates políticos e diferentes projetos que houve entre os próprios diplomatas. Passa, então, a investigar como as variações de sentido que cada conceito que, hoje, se tem, como paradigmas-chave da política externa brasileira, podem demonstrar diferentes projetos políticos entre os próprios diplomatas.

A autora descreve que os conceitos de “americanismo”, “panamericanismo” e “rooseveltismo”, por exemplo, na Primeira República do Brasil, apresentavam diferentes definições e eram, portanto, diferentes projetos políticos, de acordo com o que cada diplomata que se valia deles pretendia. A definição do que seria, enfim, o “panamericanismo” acabou sendo creditada a Joaquim Nabuco. O entendimento de Nabuco foi eleito como o “verdadeiro” conceito para o que seria o “panamericanismo”, mas ele era apenas um dos projetos envolvidos em debates e transformações semânticas no jogo político.⁴⁸

A autora observou que a definição “dominante” de um conceito passa a ser uma forma de evocar a característica apolítica e técnica de tomada de decisões no Itamaraty. Alguns conceitos foram tão fortemente utilizados que se tornaram verdadeiros paradigmas de análise e de explicação: os conceitos-categorias de paradigma americanista e paradigma globalista,

⁴⁶ FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais). PUC-Rio.p.49.

⁴⁷ Idem, p.60.

⁴⁸ Idem, p.60.

por exemplo, foram e continuam sendo utilizados para explicar as escolhas da política externa brasileira desde a Primeira República. O emprego destes paradigmas como elementos de análise contribuiu para autorizar a imagem de que o Itamaraty apresenta uma política externa isenta de disputas políticas, técnica e imparcial, detentor de uma política de Estado, e não de governo.⁴⁹

Ao estudar o conceito de panamericanismo, Vedoveli demonstrou, por exemplo, que a definição de Oliveira Lima, outro diplomata ligado a Nabuco e a Rio Branco, nos debates sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, distanciava-se das definições de Nabuco e do Barão. Oliveira Lima era a favor de um “monroísmo” associado à doutrina drago, pois era contra as pretensões de hegemonia dos EUA.

A Doutrina Drago foi formulada pelo chanceler da Argentina, Luís María Drago em resposta ao descumprimento da Doutrina Monroe quando os EUA nada fizeram sobre a invasão de potências europeias, Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, na Venezuela, usando da força para cobrar dívidas. Drago, seguindo a doutrina Calvo, postulou que países não poderiam usar da força para cobrança de dívidas internacionais. Oliveira Lima foi forte defensor da Doutrina Drago, contra as perspectivas internacionais de Rio Branco e de Nabuco. Para ele, qualquer tipo de intervenção na América Latina deveria ser refutada, e “panamericanismo” seria um conceito conivente para com a realidade intervencionista típica dos EUA.⁵⁰

Destarte, Lima não gostava do conceito de panamericano de Nabuco, nem do “monroísmo” do Barão. Tentou não ser hostilizado, lutou contra sua remoção para o Peru, que o iria isolar, e para tanto, publicou muitos artigos, valendo-se sua presença na Academia Brasileira de Letras. Em suas publicações, sempre tentou fazer frente aos conceitos de panamericanismo e monroísmo. Oliveira Lima criou, então, mais um conceito, para diferenciar o “verdadeiro” monroísmo do que ele chamou de “rooseveltismo”, que seria uma forma dissimulada de apropriar-se da América Latina.⁵¹

Segundo Paula Vedoveli, o diplomata Joaquim Nabuco valeu-se do conceito de política sul-americana sempre no sentido pejorativo. Ele entendia que qualquer aliança que não fosse com os Estados Unidos deveria ser feita de maneira muito cautelosa. Seu entendimento sobre o conceito de política sul-americana era sempre no sentido de definir políticas não alinhadas

⁴⁹ Idem, p.60.

⁵⁰ Idem, p.60-75.

⁵¹ Idem, p.98.

com os Estados Unidos. Foi por meio dessa acepção, por exemplo, que Nabuco criticou bastante os esforços de Paranhos pelo que ficou conhecido como Tratado ABC. Para Joaquim Nabuco, as alianças sul-americanas eram muito perigosas, era a Ilusão Americana, título do livro de Eduardo da Silva Prado.⁵²

Paula Elena Vedoveli apontou que o livro de Prado classificou Nabuco como verdadeiro herói do republicanismo e Oliveira Lima como o “diplomata dissidente” sempre em posição menor no entendimento do que era melhor para o Brasil. A obra de Prado concretizou essa perspectiva negativa a respeito de Oliveira Lima, e não apresentou o conceito de “rooseveltismo” por exemplo, apresentado por Lima e descoberto por Vedoveli apenas por meio da leitura dos artigos que o “diplomata dissidente” escreveu.⁵³

Vê-se, portanto, a aplicação da perspectiva metodológica da História dos Conceitos à seara das Relações Internacionais. Vedoveli demonstra as potencialidades de se investigar as variabilidades de cada significado de acordo com seu tempo, mas, também, de acordo com cada ator que faz uso deste conceito.

Este exercício de investigação é capaz, como fez no trabalho da autora, de demonstrar que variabilidades conceituais podem remeter a diferentes projetos políticos. Alguns deles, na luta pela memória, foram esquecidos pelo tempo. Esta complexidade pode enriquecer a investigação sobre a história da política externa brasileira e abre novos questionamentos, como, quais projetos políticos e interpretações estariam presentes na história de outros conceitos utilizados nos discursos do Itamaraty, como o “pacifismo” e o “universalismo”? Também havia diferentes definições e projetos por trás destes conceitos-chave?

Não existe, nas humanidades, a reversão do impacto que a compressão da realidade humana como uma construção gerou. Após as propostas de Martin Heidegger, Michel Foucault, Nicholas Onuf, Skinner e Koselleck, o intelectual que acompanhar o desenvolvimento das teorias de Relações Internacionais e da teoria da História terá, inevitavelmente, que passar pela reflexão ontológica de que a linguagem se une à experiência, construindo o que acreditamos ser real. O homem é um ser no tempo (Heidegger)⁵⁴, mas o

⁵² Idem, p.99.

⁵³ Idem, p.98-100.

⁵⁴ HEIDEGGER, Martin; VON HERRMANN, Friedrich-Wilhelm. *Sein und zeit*. Tübingen: M. Niemeyer, 1977.

próprio conceito de homem é uma criação da vida moderna, (Foucault)⁵⁵ logo a realidade internacional e seus problemas: guerra, paz, ameaças segurança, pobreza e riqueza, são realidades não naturais e construídas, revelando que o mundo não precisa ser como é.

Conquanto a política internacional dependa diretamente dos sistemas econômicos e políticos, esses sistemas, por mais que pareçam apresentar vida própria e funcionamento ordenado, são engendrados pela cultura política e pela cultura econômica, e a expressão mais tangível da cultura são as variáveis semânticas expressas em palavras; porquanto ao não estudarmos as relações internacionais por esse viés, não apenas deixamos de compreender melhor como o mundo humano é, mas, também, perdemos muito de nossa capacidade de mudá-lo.

Consideração Finais

O trabalho de Paula Vedoveli demonstra como a História dos Conceitos e a perspectiva construtivista das Relações Internacionais podem ser úteis para que se construa uma história mais plural da política externa do Brasil. A autora investigou a produção bibliográfica sobre Rio Branco e a transformação da conduta de política externa do Barão em tradição inquestionável da identidade da política externa brasileira. Ao estudar os conceitos encontrados nas bibliografias, comparados com aqueles expressos nas produções de próprio punho dos diplomatas, Paula demonstrou que, onde se pensava que havia ordenamento, técnica e imparcialidade, havia diferentes projetos e intencionalidades.

A História dos Conceitos pode potencializar o estudo das Relações Internacionais e, mais especificamente, as investigações sobre a história da política externa. Os resultados relevantes demonstrados por Vedoveli, no papel da tradição na manipulação dos conceitos comprovam essa premissa. A inovação da abordagem da aplicação desse método está, pois, no desenvolvimento mais profundo e sistemático do método da *Begriffsgeschichte*, por meio do qual poder-se-á apreender muito mais sobre a realidade da dimensão histórica dos conflitos políticos e como a política externa é engendrada.

O diálogo entre o Construtivismo e a História dos Conceitos tem potencial de pesquisa que nos leva a novos ângulos de observação, permitindo-nos compreender melhor as várias dimensões do presente, do passado e do futuro. Atualmente, há uma série de novas pesquisas

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.

que exploram a História dos Conceitos e podem levar a novos questionamentos sobre as relações entre esse campo e o Construtivismo ou mesmo outros estudos das Relações Internacionais, valendo citar a revista *Contributions to the history of concept*, sempre com novas produções que aprofundam os estudos e aplicações da História dos Conceitos, como o artigo de Jan Ifversen⁵⁶, a seara da História Global e suas possibilidades, como apresentado João Júlio Gomes dos Santos⁵⁷ e a História Atlântica, como explica David Armitage,⁵⁸ por exemplo.

Malgrado a proposta desse artigo seja apenas a de introduzir as diversas possibilidades de aproximações interdisciplinares e metodológicas, não se aprofundando em outras perspectivas seja para a História dos Conceitos, seja para o Construtivismo, sugere-se as virtualmente infinitas possibilidades de aproximação. Investigar, por exemplo, o conceito de “patrimônio” nos discursos de Getúlio Vargas, investida acadêmica já empreendida,⁵⁹ poderia tornar-se um esforço de comparação com o que se entendia sobre “patrimônio” em instituições, organizações internacionais e em outros países, construindo-se um estudo comparativo, delineando a própria história do conceito de patrimônio das relações internacionais da época.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Arthur Bernardes do Amaral. *A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na Agenda de Segurança dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio.

BUENO, C. *Da Pax Britannica a hegemonia norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906)*. Estudos Históricos, v.10, n.20, p.231-250, 1997.

BUENO, C Do Idealismo ao Realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902). Contexto Internacional, n.12, p.71-82, 1990.

⁵⁶ IFVERSEN, Jan. About key concepts and how to study them. *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 1, p. 65-88, 2011.

⁵⁷ SANTOS, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, v. 23, p. 483-502, 2017.

⁵⁸ ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 206-217, 2014.

⁵⁹ CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. *Faces de Clio*, v. 7, n. 14, p. 91-110, 2021.

- BUENO, C. *Política Externa da Primeira República: Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BURNS, E. M. et alli - *História da Civilização Ocidental*, Vol. 1 e 2, Ed. Globo, 39ª Edição, São Paulo, 1999.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The structure of International economy*. Princeton: Princeton University, 1984.
- BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte do Império do Brasil 1890/91*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1874.
- CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.
- CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. *Faces de Clio*, v. 7, n. 14, p. 91-110, 2021.
- CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Um Estado sem alma? Laicidade e secularização dos debates acadêmicos aos debates parlamentares*. Monografia em História, Juiz de Fora: UFJF, 2013.
- COX, Michael. *US Foreign Policy after the Cold War: Superpower without a mission?* London: Chatham House Papers/Royal Institute for International Affairs, 1995.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: LINKLATER, Andrew (Editor). *International Relations: Critical Concepts in Political Science*, v. 4. Florence, KY, USA: Routledge, 2000.
- DE SAUSSURE, Ferdinand et al. Nature of the linguistic sign. *Course in general linguistics*, v. 1, p. 65-70, 1916.
- FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik (Ed.). *Constructing International Relations: the next generation*. ME Sharpe, 2001.
- FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais). PUC-Rio.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 1999.

HEIDEGGER, Martin; VON HERRMANN, Friedrich-Wilhelm. *Sein und zeit*. Tübingen: M. Niemeyer, 1977.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IFVERSEN, Jan. About key concepts and how to study them. *Contributions to the History of Concepts*, v. 6, n. 1, p. 65-88, 2011.

JACKSON, Robert; Georg Sorensen e Georg Srensen, 2003, *Introduction to international relations: theories and approaches*, Oxford, Oxford University Press.

KEOHANE, Robert O. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert. *After hegemony: cooperation and discord in the world political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rehartcleviewARTICLE1945.pdf. Acesso em dezembro de 2022 às 09:06.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146.

KOSELLECK, Reinhart; HEDIGER, Markus. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Contraponto Editora, 2021.

KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

LAMPREIA, L. F. *O Brasil e os ventos do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

- MARQUES, Sylvia Ferreira. A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995–2002): uma leitura construtivista do conceito de potência média. *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–PUC-RIO*, 2005.
- MORGENTHAU, Hans Joachim. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Ed. UnB: IPRI, 2003 [1948].
- MORGENTHAU, Hans. J. *A Política entre as Nações*. São Paulo: UNB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Editora Nova Fronteira, 1980.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2005.
- NUNES, Benedito. *Heidegger & ser e tempo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.
- NYE, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- ONUF Nicholas *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- ONUF Nicholas; KOWERT, Paul. *International Relations in a Constructed World*. Armonk, New York, M. E. Sharpe, 1998.
- ONUF, Nicholas G. *Constructivism: A User's Manual*. In: KUBALKOVA, Armonk, New York, M. E. Sharpe, 1998.
- ONUF, Nicholas. Structure? What Structure? *International Relations*, v. 23, n. 2, p. 183-199, 2009.
- REIS, José Carlos. História e Teoria. *Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.
- SANTOS, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, v. 23, p. 483-502, 2017.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político modern*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics." *International organization* 46.2 (1992): 391-425.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge University Press, 1999.